



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo na categoria de expediente e gráfico** visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, nas demandas para 2024 e 2025, incluindo a realização das Eleições 2024, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência e na Planilha de Descritivo de Materiais, **Anexo II**, onde constam os descritivos, unidades de medida, código SIASG, quantidades a serem registradas e valores.
- 1.2. Natureza do Objeto:** aquisição de bens de consumo (expediente e gráfico).
- 1.3. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:** a aquisição será feita por meio de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços com vigência por 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

- 2.1.** A presente aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, tem como razão a necessidade de atendimento a todos os setores do TRE/PR, na capital e no interior, quanto ao fornecimento de materiais de expediente e gráfico, nas demandas para 2024 e 2025, incluindo a realização das Eleições 2024.
- 2.2.** Os materiais, seus descritivos, unidades de medida e quantidades a licitar foram planejados considerando margem de segurança e demandas anteriores, observando-se tanto os anos eleitorais como os não eleitorais, conforme Estudo Técnico Preliminar.
- 2.3.** Além disso, busca-se a aquisição de bens adequados às necessidades, através de descritivos minuciosos e com critérios de sustentabilidade, em conformidade com a Política de Logística Sustentável da instituição e, principalmente, contribuindo para utilização de materiais com menor impacto ao meio ambiente.
- 2.4.** Para garantir a aquisição visando uma margem de segurança para o material também foi observada a questão de não se extrapolar a quantidade ideal dos materiais, visando melhor aplicar os recursos públicos, com economicidade e comprometimento adequado do orçamento.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

3.1. Das obrigações da contratada:

- 3.1.1.** Os dados referentes aos itens, quantidades, unidades de medida, preços, marcas e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

modelos deverão ser idênticos aos que forem homologados no processo licitatório.

- 3.1.2. A contratada deverá manter-se em situação de regularidade fiscal durante a contratação, sendo condição necessária para emissão da nota de empenho e para o envio do pagamento.
- 3.1.3. Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.
- 3.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE/PR e atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com o fornecimento do objeto contratado.
- 3.1.5. Entregar todo o bem em perfeito estado, sem avarias externas ou defeitos tanto de fabricação como os ocasionados eventualmente no transporte.
- 3.1.6. A contratada terá seus produtos analisados, no ato do recebimento definitivo e serão recusados aqueles que não satisfizerem as especificações deste Termo de Referência.
- 3.1.7. São de responsabilidade da Contratada todos os encargos, tributos e despesas necessárias ao transporte e a entrega do objeto em perfeito estado de fornecimento, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

3.2. Das demais obrigações da contratada:

- 3.2.1. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso e de acordo com as condições deste Termo de Referência, aplicando-se as normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 3.2.2. Em todos os casos de entrega e retirada de produtos, os custos de transporte correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o TRE-PR.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. **Da Sustentabilidade:** O foco principal da sustentabilidade, em relação à aquisição de materiais de consumo, está na busca pelo desenvolvimento da consciência quanto à real necessidade do seu consumo.
 - 4.1.1. Consumir com consciência significa decidir com cuidado e atenção aquilo que você compra e usa no seu cotidiano. Trata-se de ser mais racional e ter conhecimento dos impactos trazidos pelo consumo de determinado item; utilizar sem desperdício, sem sobras, sem estoques desnecessários.
 - 4.1.2. Os critérios de sustentabilidade exigidos (tanto ambiental como social) para cada item constam nos respectivos descritivos, na Planilha de Descritivo de Materiais, **Anexo II** (coluna "B").
 - 4.1.2.1. Para o item 25, será exigida a apresentação do CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, regular, emitido para o fabricante do produto ofertado, seja ele o próprio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

licitante ou não, a ser apresentado durante a aceitação das propostas, conforme item 7.5 e seguintes do Edital.

- 4.1.2.2.** Para os itens 19, 20, 21, 29, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 64, 70 e 71, será exigida a apresentação da certificação FSC (Conselho de Manejo Florestal) ou CERFLOR (Programa Nacional de Certificação de Origem Florestal - Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - Sinmetro – Inmetro), a ser apresentado durante a aceitação das propostas, conforme item 7.5 e seguintes do Edital.

4.2. Indicação de marca ou modelo apenas como referência.

- 4.2.1.** A mencionada informação da marca não se trata de indicação, mas de mera referência, conforme disposto no Art. 41, I, “d”, da Lei 14.133/2021:

”Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I – indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

(...)

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela indicação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência”.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Condições de entrega: o prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias corridos,** contados da data do aceite da Nota de Empenho.
- 5.1.1.** O material solicitado deverá ser entregue na sua quantidade total, sendo rejeitadas as entregas parceladas e/ou produto/marca diferente da contratada.
- 5.2. Do local de entrega:** as entregas deverão ser realizadas na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no horário das 13h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Logística de Materiais pelos telefones (41) 3072-4839, (41) 3330-8335 ou (41) 3072-4879, ou pelo e-mail slogmat@tre-pr.jus.br.
- 5.2.1.** A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da nota fiscal ou do DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) correspondentes, podendo efetuar o envio antecipado do documento fiscal através do e-mail slogmat@tre-pr.jus.br.
- 5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica:** para os materiais insertos nesta categoria somente será exigida a garantia legal decorrente do Código de Defesa do Consumidor.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 6.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.4. O fiscal/gestor da contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, no que couber, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.5. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 6.6. O fiscal/gestor da contratação comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.7. O gestor da contratação deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.8. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados.

7. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

- 7.1. **Do recebimento provisório:** os materiais serão recebidos provisoriamente pela Seção de Logística de Material – SLOGMAT e encaminhados à Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMC, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e para providências quanto ao recebimento definitivo.
- 7.2. **Do recebimento definitivo:** Os materiais serão recebidos definitivamente pela Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMC no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.3. **Dos bens rejeitados:** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser **substituídos** no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação do gestor, às suas custas (sem quaisquer ônus adicionais à proposta), sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - 7.3.1. Esgotado o prazo sem que haja correção ou substituição do material em desacordo, os dias excedentes serão considerados como de atraso na entrega, cabendo a aplicação das sanções previstas no edital.
 - 7.3.2. Para o caso de material recusado em razão de desacordo com as características contratadas, substituído ou não, deve ser retirado pelo fornecedor, às suas expensas, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, estes contados de notificação expressa feita pelo Gestor da contratação para o recolhimento do bem, sob pena de perdimento de bens pela configuração da perda da propriedade, por abandono, de acordo com o artigo 1275 do Código Civil, aplicado subsidiariamente à Lei nº 14.133/2021.

- 7.3.3.** Em não havendo a retirada do material recusado no prazo acima citado, o TRE/PR poderá efetuar sua inclusão em lotes para desfazimento por doação, a ser realizada em conformidade com o Decreto nº 9.373, de 2018, que regulamenta o desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.

8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018.
- 8.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados nesta contratação, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% (dez por cento) do valor total da contratação.
- 8.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução desta contratação com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1.** As quantidades previstas no presente Termo de Referência são estimativas máximas, sendo que este Tribunal se reserva o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO adquirir nenhum item.
- 9.2.** Em atendimento ao item § 4º do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, no momento da aquisição serão priorizados os produtos da cota reservada, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 9.3.** Os licitantes deverão cotar os preços dos materiais, seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do edital.
- 9.4.** Nos valores cotados deverão estar incluídas todas as despesas, tais como fretes, despesas com empregados, equipamentos, veículos, combustíveis, seguros, tributos, dentre outros, que comporão o preço final da proposta do certame.
- 9.5.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMCM, por meio dos telefones (41) 3330-8788, (41) 3330-8991, (41) 3072-4815 e (41) 3072-4816 ou pelo e-mail **sgmc@tre-pr.jus.br**, com Lilian.